

A geografia e o exótico brasileiro

Heloisa M. Bertol Domingues



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/312>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.312

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Edição impressa

Data de publicação: 1 julho 2000

ISSN: 1519-1265

Refêrencia eletrónica

Heloisa M. Bertol Domingues, «A geografia e o exótico brasileiro», *Terra Brasilis* [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/312> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.312>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 dezembro 2022.

All rights reserved

A geografia e o exótico brasileiro

Heloisa M. Bertol Domingues

- 1 No final do século passado quando o Império brasileiro afirmava uma ideologia nacional mas se enfraquecia politicamente, no mundo, os grandes impérios avançavam em busca de novos mercados e de novos domínios políticos. Neste período foi criada a representação da “nação brasileira” como a imagem de um riquíssimo meio físico habitado, porém, por um “povo” extremamente primitivo. O Brasil entrava para o mundo dos Estados-nação como um país agrícola, baseado economicamente na produção da terra e na mão-de-obra escrava. A iminência do fim da escravidão, por sua vez, criava a necessidade de braços.
- 2 No Brasil, a relação da geografia com a etnografia, ganhou um forte sentido no contexto político-social da segunda metade século XIX, pois a preocupação com a mão-de-obra e com o povoamento do interior do país, ou seja, a exploração do ambiente e a ocupação do território, passou para o primeiro plano na política do governo imperial. O Império foi se afirmando sob os objetivos de manter as fronteiras, conhecer o interior e criar vias de comunicação interligando os diversos pontos do país, o que, do ponto de vista das ciências, criou fortes vínculos entre a geografia e os diversos ramos das ciências naturais.
- 3 As ciências naturais estavam fortemente imbricadas no processo de construção da nação e, ao mesmo tempo que se afirmava a prática científica, desenhava-se uma imagem nacional em que o espaço físico aparecia como o determinante. A prática das ciências naturais era evidenciada pelas inúmeras comissões científicas, estrangeiras e brasileiras, que se dirigiram ao interior do Brasil a fim de conhecer sua natureza, bem como nas suas instituições científicas, como o Museu Nacional, o Jardim Botânico, o Observatório Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o Instituto Politécnico ou a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
- 4 O espaço, elemento determinante da prática das ciências naturais, além de contribuir para a construção da imagem da nação, deu suporte à política econômica agrícola dominante no período e, ao mesmo tempo, facilitou a inclusão do Brasil nos domínios do imperialismo que, na época, vigorava nas relações internacionais. Como bem

afirmou Patrick Petitjean, é no contexto político-cultural dos últimos decênios do século XIX que se encontra as raízes históricas de certos problemas ainda atuais, como os da marginalidade ou da dependência (PETITJEAN, 1998:89-120). A análise da prática de alguns ramos das ciências naturais daquele período vem mostrando que estas “raízes históricas” podem ser encontradas nas ciências e que as teorias então formuladas cimentariam as idéias que justificaram o discurso político-econômico do “subdesenvolvimento” (DOMINGUES, 1997).

- 5 Referindo-se ao período do final do século XIX, Hobsbawm mostrou que “*é impossível negar que a idéia da superioridade em relação a um mundo de peles escuras, situado em lugares remotos, onde sua dominação era autenticamente popular*”, beneficiava a política do imperialismo (HOBSBAWM, 1988:106). De certa forma, era a geografia destes lugares remotos, passíveis de dominação, que se estava construindo naquele período. A “civilização”, segundo o mesmo autor, precisava do “exótico”, pois, o desenvolvimento tecnológico dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em tais lugares remotos (Id., Ibid.:96). Como para explorar o “exótico” era preciso conhecê-lo, foi crescente a importância das ciências naturais naquele momento. O conhecimento científico, enquanto permitia desvendar os segredos da natureza, influenciava nos destinos da sociedade, delineando a política e até mesmo as bases do imaginário social do país. A geografia e a antropologia, dois ramos destas ciências que no Brasil estavam em pleno processo de institucionalização naquele período, nos fornecem elementos para compreender mais profundamente as questões acima colocadas.¹
- 6 Documentos como revistas especializadas das instituições, jornais diários ou relatórios oficiais de viagens atestam que havia uma relação crescente entre a geografia e os demais ramos das ciências naturais. Os estudos do meio físico, em geral, traziam manifesta a relação da geografia com a antropologia, pois nestes a presença humana tinha de ser levada em conta. Obviamente, manifestava-se também nas análises propriamente etnográficas, em que se tentava mapear os lugares habitados pelas grandes famílias divididas em diferentes grupos, bem como em trabalhos arqueológicos, em que o objetivo era estudar as origens sociais do homem americano, um dos temas mais candentes para o projeto de história nacional, também em construção naquela época.

Para mapear o exótico: geografia e antropologia

- 7 Da prática da classificação dos produtos, que caracterizou as ciências naturais desde os idos do século XVII e fez surgir os museus de história natural que se espalharam pelo mundo no século XIX, chegou-se à interpretação da natureza como um conjunto localizado no espaço onde os seus elementos formadores apareciam interligados. Sob esta ótica pode-se dizer que além da necessidade de “por ordem na natureza”, como afirmou Michel Foucault sobre o que ele chamou de período clássico, impôs-se, mais tarde, a necessidade de compreender a “desordem da natureza” (DOMINGUES, 1997). Com esta mudança de perspectiva, em que se levava em conta as diferenças climáticas, físicas e sociais para determinar as ocorrências naturais, a geografia viu crescer enormemente sua importância e foi rapidamente ganhando novos espaços institucionais. Alternativamente à preocupação de apenas classificar, no final do século XIX, os naturalistas enfatizavam as diferenças geográficas vendo-as como condição do

aparecimento deste ou daquele recurso vegetal, animal, mineral – e até mesmo social – a explorar. Assim, demarcar os lugares tornou-se um imperativo.

- 8 Para determinar as coordenadas geográficas, foi fundamental o desenvolvimento da astronomia de posição o que, efetivamente, ocorreu no Brasil naquele período em concomitância à política de valorização de determinadas regiões do país consideradas ricas e promissoras. Data do final do século a reorganização e autonomização do Observatório Nacional, que até então fazia parte da Escola Central. As atividades de astronomia deste período foram voltadas para o apoio ao levantamento de posições geográficas e chegaram a ganhar destaque no meio internacional, pois os trabalhos eram freqüentemente publicados nos *Comptes Rendues* da Academia de Ciências de Paris.
- 9 Do ponto de vista político, uma das metas do Governo imperial foi o estabelecimento dos marcos regionais de riqueza, o que acarretou a política de povoamento, impulsionando não somente as ciências que matematicamente situavam aqueles marcos, como também os ramos, digamos, “sociais” das ciências naturais: a etnografia e/ou antropologia.
- 10 O contato com os habitantes do interior, os índios, era importante sob múltiplos aspectos. De um lado, havia a possibilidade de transformá-los em substitutos da mão-de-obra escrava e, de outro, previa-se o povoamento do interior pela introdução de imigrantes europeus. Em ambas as situações seria preciso ou dominá-los, ou afastá-los e, para isto, obviamente, era preciso conhecê-los e conhecer os lugares. Havia ainda a preocupação com os conhecimentos que os índios detinham das plantas e animais, isto é, da natureza em geral. Ao fazer a geografia dos diferentes grupos sociais apontando para as diferenças culturais, os cientistas estavam se colocando também na posição de realizadores da política de exploração do interior empreendida pelo Estado e, ao mesmo tempo, estavam reunindo os elementos para a construção de um mosaico social que viria configurar a piramidal sociedade contemporânea.
- 11 A relação da geografia com a etnografia está inscrita no processo de institucionalização de ambas no país. Em 1847, a etnografia foi instituída no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. A etnografia foi ali instituída como uma nova comissão de estudos – de *Arqueologia e Etnografia Indígena* – que, juntamente com a geografia, tinha como objetivo dar suporte à história do Brasil.⁵⁹ A geografia no IHGB além de ser uma coadjuvante da história, visava o estudo da superfície da terra, das formas materiais, dos acidentes que a cobriam e o estudo das atividades do homem: “*a superfície da terra é o teatro da atividade do homem; ela se manifesta debaixo de sua ação, e com ele está em uma relação eterna*” (apud DOMINGUES, 1995:170). Nesta visão, Januário da Cunha Barbosa, Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resumia, em 1840, uma visão da geografia em que esta, como uma ciência, não podia dispensar a ação do homem, o que era uma forte evidência da necessidade de conhecer os homens que “*agiam*” no ambiente.²
- 12 Certamente, o conhecimento da ação material dos homens no ambiente requeria, antes de tudo, localizá-los. O que também não escapava à perspicácia dos “planejadores” das ciências. Em 1859, foi organizada a Comissão Científica no Instituto Histórico, com financiamento e apoio do Governo Imperial, em 1859, com o objetivo de “*explorar o interior de algumas províncias menos conhecidas*” (Instruções à Comissão Científica, 1858: página de rosto). Nestas Instruções, assinadas pelo Ministro da Agricultura, cabia à Seção de Geografia fazer as demarcações topográficas, determinar as posições e os caminhos, informando sobre a navegabilidade dos rios etc. A Seção de Etnografia, por

sua vez, deveria fazer um mapa da diferenças culturais em suas várias formas: “*organização física, caráter intelectual e moral, línguas e tradições históricas*” (Id., Ibid.:32).

Acrescentavam ainda as Instruções que era preciso estudar os

“costumes relativos ao indivíduo e à família, conhecimentos estratégicos de medicina, de cirurgia e de meteorologia, bem como os hábitos femininos, a planta e a forma das habitações, dos aldeamentos, o arranjo das fortificações e o sistema de segurança mútua, o comércio, meios que servem para contar o tempo e os que empregam para realizar as suas marchas a fim de reconhecer o caminho de volta, ou para orientar-se nas grandes imigrações, deveriam conhecer a extensão da agricultura indígena, o modo de fazê-la, as plantas mais usuais de sua nutrição, as farinhas, as bebidas ...”.

- 13 Ou seja, instruía-se para que fossem estudadas as “ações materiais” dos homens no ambiente. As Instruções diferenciavam dois grandes grupos indígenas no Brasil: os Botocudos “*que têm uma língua muito pobre*”, e os Guaranis que contrastavam com os primeiros pela riqueza de locuções, distintas até mesmo por sexo (Id., Ibid.:35). Cabia portanto à etnografia fazer a geografia do ‘outro’, isto é, cabia-lhe situar os dois grandes grupos ‘exóticos’ que povoavam o interior do país.
- 14 A geografia – embora fosse considerada uma ciência coadjuvante no IHGB e mesmo na Comissão Científica, onde dividia a seção com a astronomia –, no final do século começou a ganhar maior autonomia institucional com a criação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ).³ Nesta época a geografia cresceu muito, chegando quase a tomar o lugar, em importância, da prática de classificação dos museus de história natural. Ela estudava desde os aspectos físicos da natureza às condições de surgimento destes e a vida social. Além disso, demarcava as fronteiras e os caminhos que conduziam a todos os lugares. Observa-se a abrangência da geografia na composição das diversas comissões que formavam a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro quando ela foi criada, em 1883: geografia física; geografia matemática; meteorologia e magnetismo terrestre; e geografia americanista (Boletim da SGRJ, apud PEREIRA DA SILVA, 1999). Integrava-a, como se vê, a antropologia, que possuía também uma seção especializada no Museu Nacional e outra no Instituto Histórico.
- 15 A SGRJ, como as demais sociedades científicas tinha, em geral, no controle das suas comissões de trabalho, cientistas das instituições oficiais. Orville Derby, por exemplo, chefe da Seção da Geologia do Museu Nacional foi por muito tempo um dos integrantes da Seção de Geografia Americanista da Sociedade de Geografia, evidenciando a relação desta com o Museu. Por outro lado, Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional entre 1876 e 1894, época em que se especializou em antropologia chegando a organizar a Exposição Antropológica em 1882, destacou-se como sócio da SGRJ. As relações entre instituições não se restringiam apenas ao Museu Nacional. Foram inúmeras as notas publicadas sobre o Observatório Nacional na revista da Sociedade.
- 16 Nos trabalhos e notas publicados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro pode-se ver também evidenciada a relação forte que havia entre a geografia e a etnografia. Por exemplo, por ocasião da morte de Couto de Magalhães, em 1898, o seu livro *O Selvagem*, escrito para a exposição da Filadélfia em 1876 por ordem do Imperador Pedro II, foi reverenciado na Sociedade. Ao se ler este livro tem-se a impressão que foi escrito para justificar a relação da geografia com a etnografia. Logo nas primeiras páginas o autor afirmou: “*Domesticar estes [os indígenas] ou fazer com que nos entendam o é a mesma coisa, equivale a fazermos a conquista pacífica de um território quase do tamanho da Europa, e mais rico do que ela*” (COUTO DE MAGALHÃES, 1935:8). Estas palavras deixam muito claro a

visão de que a conquista do território e a sua exploração levavam aos estudos da etnografia. Em outro trecho se lê: “É com o duplo fim, por um lado, de tirar vantagem do solo ainda ocupado pelos selvagens e, por outro, de prevenir futuras dificuldades, que o governo imperial me tem encarregado mais de uma vez de trabalhos relativos à nossa população indígena”. Portanto, conquistar o território equivalia a conquistar o “exótico”. Os índios eram considerados motivo de estudo não somente para serem afastados do solo rico, mas também porque constituíam um manancial de mão-de-obra que já era indispensável em certas regiões. Couto de Magalhães citava o exemplo da região amazônica, que tinha uma boa renda apesar da população exígua, porque os índios ocupavam-se do extrativismo, uma atividade que eles conheciam. Assim, a coleta da salsa, da castanha, do cacau, da copaíba, ou das peles de animais selvagens, era feita por eles. A conseqüência disto era: “Se o Vale do Amazonas não possuísse o tapuio seria atualmente uma das mais pobres regiões do país, quando com ele, e justamente porque ele é semi-bárbaro e se pode entregar a essas indústrias, a região é uma das mais produtivas que possuímos” (Id., Ibid.:29).

- 17 Chamando a atenção sobre este livro de Couto de Magalhães, na homenagem ao autor na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, foram destacadas as suas qualidades de ter conhecido o território na convivência com os índios. Na ata da Sociedade ficou o seguinte registro:
- “Dotado de gênio investigador e curioso por conhecer o solo de nossa terra, internou-se pelas florestas, percorreu rios até então inexplorados, caminhou pelos sertões e viveu no meio de silvícolas a vida própria das tabas indígenas. (...) procurava conhecer por si os hábitos e costumes dos primitivos habitantes de nossos bosques, e(...) conseguiu conhecer com perfeição a língua tupi (...). A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro curva-se reverente ante sua memória” (Ata da SGRJ, 5 de outubro de 1898).
- 18 Era o reconhecimento da instituição para com o trabalho de Couto Magalhães, que centrava-se sobre a relação entre as duas ciências, a geografia e a etnologia, mostrando o quanto esta relação era ali privilegiada.
- 19 O conhecimento da geografia pelo estudo do exótico foi se reforçando e, metodologicamente, modificando-se. Aos poucos, os trabalhos puramente etnográficos, que verificavam a cultura dos habitantes do interior, foram dando lugar aos trabalhos antropológicos de medição; primeiro de crânios, depois do corpo: era a chamada antropometria que passava a servir para marcar diferenças geográficas e culturais. Um dos resultados desta atividade pode-se verificar, logo no início do século XX, no trabalho de um militar intitulado *A Antropologia no Exército Brasileiro*, onde vigorava o método antropométrico. O trabalho, composto de 5 mapas e 131 gráficos e tabelas, divididas por regiões, marcava as diferenças entre os brasileiros e concluía pela importância do determinismo da geografia: “O Brasil, vasto país que contém em si climas tão variados, tão desiguais, terá sempre nos habitantes de suas zonas principais os tipos que as respectivas posições geográficas permitam formar” (LOBO DA SILVA, 1928:12). No trabalho, foram considerados os caboclos e os mestiços. Sobre os índios Lobo da Silva afirmou que a sua grande massa vivia inculta nas florestas ainda desconhecida do país, sendo desconhecidas assim as suas condições biométricas (Id., Ibid.:24). Para este autor, o meio era forte fator da formação social e o seu trabalho foi uma expressão do que se chamou de ‘antropogeografia’.
- 20 A preocupação em conhecer os “tipos” vinha à reboque da questão do povoamento pois, como afirmou Roquette Pinto: “O Brasil precisa de braços para tirar partido de suas

riquezas”(1928:303). No Museu Nacional eram os antropólogos que estavam preocupados em fazer a geografia do homem brasileiro e a meta científica, tal como ocorria no século XIX, era econômica.

As fronteiras do exótico

- 21 Na verdade, os trabalhos voltados para a exploração do interior acabaram produzindo uma geografia não somente econômica do país, mas também social. Henri Coudreau, numa conferência na Sociedade de Geografia em 1895, usou a expressão *fronteira étnica* e, situando geograficamente as culturas do país, classificou-as em selvagens ou civilizadas:

“Tirai uma linha passando pelo salto Augusto e a cachoeira das Sete Quedas, e outra passando pelas últimas habitações civilizadas de Mato Grosso, do lado norte, e verificareis que dentro desta faixa de 500 km não existe um só civilizado! Em compensação, uma meia dúzia de tribos bravias: Tapanhunhas, Nhambiquaras, Parintintin, Baikiris bravos, Cajabvis (...) representa mais que fronteira. Para cima de Sete Quedas e até quase o centro de Mato Grosso, é a "marcha" dos antigos Estados da Idade Média, a zona hostil e fechada, a terra 'selvagem', a terra dos índios bravos” (COUDREAU, s/d:131).

- 22 Uma outra forma de mapeamento étnico era o de situar as grandes “famílias” dos indígenas, como apareceu num resumo publicado pela SGRJ do naturalista alemão Karl von den Steinen, sobre a viagem que empreendeu às cabeceiras do Rio Xingú. Em 1887, ele apresentou na Revista da Sociedade os resultados etnográficos da viagem, salientando a importância destas para a realização de trabalhos “*livres de observação teórica*” (STEINEN, 1887:96). Ele chamou a atenção para o fato de ter encontrado nas cabeceiras do Xingú índios que viviam ainda numa idade pré-histórica, que não conheciam o uso dos metais e que, por conseguinte, viviam no mesmo estado que os encontraram os descobridores do Novo Mundo; além disso, aqueles índios primitivos organizavam-se em tribos, representando todas as famílias principais da povoação indígena, embora fossem todas de origem diferente. Destas conclusões ele pôde, a partir dos glossários, traçar as fronteiras em que viviam cinco grandes “famílias” espalhadas do Atlântico à Cordilheira, das Antilhas ao Paraguai, que, segundo ele, não conheceram nenhum tipo de “evolução”, pois viviam ainda no mesmo estado cultural dos seus antepassados de dois séculos atrás. Steinen parecia não perceber que estava contribuindo para afirmar a imagem de que o interior do país era habitado por selvagens imprestáveis à civilização, uma imagem tão decantada em tantas formas literárias, que acabaria por se tornar, esta sim, uma “construção teórica” que corroborava a mentalidade imperialista.

- 23 A preocupação em fazer a geografia das etnicidades não era destituída de sentido naquele contexto político e foi uma constante. Dentro da estrutura institucional da ciência geográfica esta preocupação foi uma das metas das chamadas Comissões Americanistas. O objetivo que identificava os americanistas percebe-se no programa do “Congresso Internacional de Ciências Geográficas” realizado em Paris no âmbito da Exposição Universal de 1889. No programa geral, o sétimo grupo a apresentar-se seria o de *Etnografia, Antropologia e Linguística*. Este grupo teria como presidente honorário Quatrefages de Bréau⁴ e o presidente efetivo seria o Marquês de Nadaillac. A tarefa do grupo seria responder a uma série de questões, as quais deixavam claro o objetivo dos estudiosos deste assunto:

- “1 - Distribuição geográfica das raças humanas pré-históricas e das que são consideradas como fósseis: relações geográficas destas raças com as atuais. 2 - Expansão das raças humanas desde a época das grandes descobertas modernas, migrações, transplantações, aclimação, substituição de raças. 3 - Distribuição geográfica das raças humanas antigas e atuais da Oceania. Limitação das raças melanesianas e polinesianas: zona intermediária entre elas. 4 - Distribuição das raças africanas: sua penetração recíproca e suas linhas de migração. Itinerário do comércio de escravos. 5 - Antiga extensão negra de pequeno porte. 6 - Da raça peul, sua origem, sua história, seu papel na África. 7 - Distribuição geográfica das raças na Índia e do Extremo-Oriente (...). 8 - Distribuição geográfica das raças americanas. Esquimós e seus mestiços. Elementos étnicos do extremo sul-americano. Vias de comunicação e objetos de trocas anteriores à descoberta. 9 - Distribuição etnográfica e possessões territoriais das nações ou tribos aborígenes da América Central no século XVI e atualmente. 10 - Distribuição geográfica das raças brancas. Raças brancas da África e seus mestiços (Argélia e Túnis). 11 - Estudo das línguas em formação na América. 12 - Línguas e escritas novamente descobertas no Yun-Nam. 13 - Escritas figurativas da América e da Oceania (Revista da SGRJ, 1889:102).
- 24 O amplo esquema de questões não deixa dúvida que os americanistas, na verdade etnólogos que atuavam nas Sociedades de Geografia, visavam obter um mapa da diferença cultural do mundo quase todo, que salientasse em seu desenho as regiões dominadas ou passíveis de dominação pelos brancos. O plano do Congresso deixou evidente também que o imperialismo e o internacionalismo científico, nesta época, marchavam juntos e trabalhavam para plantar os tentáculos da dominação branca na Terra.
- 25 Não resta dúvida que se havia a idéia de afastar os índios, havia também a convicção de que, em alguns lugares do país, os índios podiam se civilizados. Isto era evidenciado em trabalhos de viés mais nacionalista, como a análise arqueológica de Ladislau Netto sobre um sítio da Ilha de Marajó, em lugar de fácil acesso para correntes imigratórias vindas do norte. Em 1886, Ladislau Netto publicou um trabalho nos Arquivos do Museu Nacional em que analisou os desenhos das cerâmicas do sítio marajoara. A sua análise lembrava uma das questões propostas posteriormente no Congresso de Paris de 1889; tratava-se de uma análise das “escritas figurativas” das cerâmicas. Este trabalho concluiu que o grupo que vivera naquele lugar descendia de uma civilização superior:
- “tudo isto é um amálgama imensamente heterôgeneo, uma grande mescla, uma espécie de ecletismo teogônico, em que se enxerga a tradição de uma remota nacionalidade superior, a pouco e pouco fundida ou incorporada em povos menos adiantados ..., se antes não é uma natural degeneração realizada ‘in situ’ é motivada pela separação absoluta da antiga metrópole, ou pela adaptação irresistível e fatal aos meios de existência (...) (LADISLAU NETO, 1886:333)”.
- 26 Adepto de um evolucionismo mais lamarckista do que darwinista, afirmava que a decadência do povo era devido às condições do meio. Ou seja, professou o determinismo geográfico para explicar a decadência do grupo que tinha vivido ali e que, segundo ele, acabara num estado mais “primitivo” do que quando encontrados pelos portugueses. No entender de Ladislau Netto tinha havido uma fusão cultural, mas, teriam persistido traços da antiga tradição superior, os quais ele pode constatar nos desenhos da cerâmica. Para Ladislau Netto,
- “as imensas formas cerâmicas entre as quais tantíssimas vezes se nos depararam demonstrações evidentes de que aos ‘mound-builders’ marajoarenses não faltavam nem elevada mentalidade nem afiliações evidentes com povos oriundos das mais antigas civilizações do globo. E como se não bastassem todos esses documentos para demonstrar a larga dianteira alcançada pelos primitivos íncolas do Amazonas, eis

Botocudos foram classificados como os últimos seres da escala humana. No entanto, podiam ser encontrados também no litoral, como concluiu Charles Hartt. No livro *Geologia e Geografia Física no Brasil*, cuja primeira edição data de 1870, Hartt falou dos Botocudos fazendo a distinção entre eles e os Tupis, depois de ter se baseado nos estudos de um crânio de Botocudo encontrado em São Mateus, Espírito Santo. Ele o enviou ao professor Jeffries Wyamn de Cambridge, Massachusetts, que depois de tê-lo examinado minuciosamente, e comparado os seus resultados com a medição de um crânio, enviado de outra parte do Brasil pelo Príncipe Wied Neuwied (que figurava no *Crania Americana*, de Morton), afirmou que o de São Mateus estava muito próximo ao dos símios. Wyamn assim respondeu a Hartt: “*Se se conhecesse apenas o vosso crânio de São Mateus e o dele, se cada qual tivesse caído em diferentes mãos para ser descrito, um nos teria dado o elo que prende o homem aos macacos, ao passo que o outro nos teria dado um selvagem americano altamente qualificável*” (HARTT, 1936:627). Era a conclusão que adotava a geografia de Hartt, deixando claro que havia uma hierarquia no mapa da sociedade brasileira, desenhado pelas diferenças físicas e culturais dos seus habitantes, uma diferenciação marcada espacialmente.⁵

Conclusão

- 30 Enquanto Coudreau fazia uma demarcação das fronteiras étnicas vendo-as como impenetráveis, Couto de Magalhães via o contato com os índios como uma maneira de facilitar a penetração no interior e a própria exploração extrativista. Os lugares mais discutidos em termos da presença indígena e do potencial de exploração foram as províncias do Mato Grosso e do Amazonas. Nelas o conhecimento da geografia física e etnográfica foi enormemente valorizado e, à conquista do território equivalia também a conquista dos índios, traduzida em geral em catequese e em comunicação, pelo estudo das línguas indígenas.
- 31 Estabelecendo “fronteiras étnicas” no país, os naturalistas estavam hierarquizando os homens e as sociedades. Embora alguns estudos desta época estivessem buscando o “elo” entre a Corte e a Taba, outros concluíam que teriam encontrado o “elo entre o homem e o macaco”. Enquanto alguns manifestavam sentimentos nacionalistas para com os índios, querendo integrá-los à nacionalidade brasileira, outros desenhavam fronteiras, marcando os lugares dos “selvagens”. As conclusões das ciências acabavam, em última instância, por marcar o lugar do país na escala social mundial, nela lhe reservando o mais inferior.
- 32 A relação da geografia com a antropologia situou espacialmente grupos sociais estabelecendo linhas imaginárias demarcadoras de irredutíveis barreiras culturais. Neste sentido, resta uma questão que diz respeito à persistência dos desenhos do espaço físico-cultural do país, que forneceram as bases para posteriores projetos políticos não somente de exploração de recursos mas de efetivo povoamento: Até que ponto as ciências, criando a geografia do “exótico”, não teriam forjado a “geografia da fome”?

BIBLIOGRAFIA

- COUTO DE MAGALHÃES, J.V. (1935) *O Selvagem*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 3ª ed.
- DOMINGUES, Heloísa M.B. (1995). *Ciência, um caso de política. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil-Império*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 321 p.
- _____. (1997). “Ciências no processo de exploração dos recursos naturais no Brasil” in *MAST, Notas Técnico-científicas*, 005/97, 20 p.
- FERRAZ, Luís Pedreira do Couto, Ministro do Império (1858). *Instruções para a Comissão Científica*. Rio de Janeiro, Typ. Universal Laemmert.
- HARTT, Charles F. (1936) *Geologia e Geografia Física do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. Tradução de Roquette Pinto (1ª ed. americana: 1870).
- HOBBSAWN, E. (1988) *A Era dos Impérios*. Rio, Paz e Terra,.
- LAFUENTE, A. & CATALÁ, J.S. (1992) *Ciência Colonial en América*. Madri, Alianza Univesidad.
- LOBO da SILVA, A. (1928). “A Antropologia e o Exército Brasileiro” in *Arquivos do Museu Nacional* vol. 30, pp. 11-299.
- MUSEU NACIONAL (1876). *Arquivos do...*, vol. 6.
- _____. (1928). *Arquivos do...*, vol. 30.
- LADISLAU NETTO (1876). “Arqueologia Brasileira” in *Arquivos do Museu Nacional*, vol. 6.
- PAULA FREITAS (1889). “Exposição de Geografia Sul-Americana” in *Revista da SGRJ*, T.5, pp. 3-16.
- PETITJEAN, P. (1998). “Entre a Ciência e a Diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900-1940” in HAMBURGER, e DANTES, M. A. (orgs.). *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, pp.89-120.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard (1928). “Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil” in *Arquivos do Museu Nacional*, vol. 30, pp. 302-331.
- SGRJ/SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO (1885). *Boletim da...*, Tomo 1, vol. 1.
- _____. (1887). *Revista da...* Tomo III.
- _____. (1889). “Congresso Internacional das Ciências Geográficas em 1889. Nota da Redação” in *Revista da...* Tomo V, pp. 102-110.
- _____. (1912). *Revista da...* Tomo XV.
- STEINEN, K. Von den (1887). “Observações do Sr. Dr. ... sobre a exploração do Rio Xingú, em sessão de 8 de março de 1887” in *Revista da SGRJ*, Tomo 3, p.95.
- TAPAJÓZ, T. (1889). “Amazonas” in *Revista da SGRJ*, Tomo 5, pp. 221-235.

NOTAS

1. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, havia uma comissão de geografia e, em 1883 foi criada a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. A Antropologia ganhou uma seção especializada no Museu Nacional em 1876, por ocasião de uma reforma organizacional na instituição, quando esta se ligou às grandes Sociedades de Antropologia que surgiram um

pouco antes, como a da França e a da Alemanha. Como bem observam Antonio Lafuente e José Sala Catalá, considerar como decisivos os processos de institucionalização da atividade científica, implica em aceitar os condicionamentos locais das ciências como determinantes (1992:21).

2. Desde 1842, antes portanto do IHGB, a etnografia possuía um espaço institucional na 'Seção de Numismática, Arqueologia e Usos e Costumes das Nações Indígenas' do Museu Nacional, quando a instituição foi dividida em diferentes seções (as quais, com mudanças, duram até hoje).

3. Um amplo levantamento de dados sobre a SGRJ foi realizado pela bolsista Luciene Pereira da Silva no MAST, no âmbito de uma pesquisa da autora sobre o processo de exploração do espaço físico e as ciências.

4. O célebre Quatrefages, presidente da *Société de Géographie de Paris* e também da *Académie des Sciences*, considerado o 'pai' da teoria da superioridade do homem branco, foi um dos principais correspondentes com o Imperador Pedro II, com quem discutia as suas novas descobertas teóricas.

5. Os trabalhos sobre os Botocudos foram muito numerosos, tendo se destacado, na mesma época, o de J.Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto, do Museu Nacional. Fizeram medição de crânios na região de Minas Gerais onde Lund havia encontrado os fósseis humanos nos anos 40, concluindo que os mesmos pertenciam a um grupo humano situado no ponto mais baixo da escala evolutiva.

ÍNDICE

Índice geográfico: Brasil

Índice cronológico: 1850, 1900

AUTOR

HELOISA M. BERTOL DOMINGUES

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT. isadom@omega.lncc.br